

Blocos semânticos e conceituais: da linguagem aos conceitos¹

Semantic and conceptual blocks: from language to concepts

Alfredo Lescano

EFTS, ENFA, Université de Toulouse e CRAL, EHESS/CNRS



Resumo: Neste artigo, apresentaremos alguns elementos que favorecem uma análise de conceitos que difere das abordagens representacionais, generalizando os princípios de uma teoria linguística, a Teoria dos Blocos (TBS), que concebe o sentido linguístico envolvendo relações causais e contrastivas. Nosso principal objetivo é a ampliação dessa visão de sentido linguístico para a de conceitos. Baseado em algumas evidências de manifestações não linguísticas de conceitos, redefinirei a estrutura interna de conceitos e discutirei a natureza de sua função.

Palavras-chave: Teorias representacionais; Teorias linguísticas; Teoria dos Blocos Semânticos; Conceitos

Abstract: In this paper, we will introduce some elements that favor an analysis of concepts that differs from representational approaches, by generalizing the principles of a linguistic theory, the Semantic Blocks Theory (SBT), which conceives linguistic meaning as involving causal and contrastive connections. Our main goal is the enlargement of this vision of linguistic meaning to that of concepts. Based on some evidence of non-linguistic manifestations of concepts, we will redefine the internal structure of concepts and discuss the nature of their function.

Keywords: Representational theories; Linguistic theories; Semantic Blocks Theory; Concepts

1 A abordagem da TBS para o sentido linguístico

Um artigo recente com este título pode ser lido na imprensa:

(1) Presidiário se enforca com uma ferramenta anti-suicídio

Parece-me óbvio que uma descrição representacional, consequentemente proposicional, não faria compreender o que esse enunciado comunica, pelo menos em relação a um elo particular entre palavras que tentarei tornar explícito.

Em uma estrutura proposicional, diz-se que esse tipo de sentença tem uma estrutura particular, porque ela não atribui uma propriedade a um objeto – como faria uma sentença com um nome próprio ou um NP definido na posição sujeito. Considera-se que sentenças com sujeito indefinido como (1) têm uma estrutura ‘tética’ (Kuroda, 1973): elas não pressupõem a existência de um objeto,

como o fazem sentenças ‘categoriais’, tais como *O cão está latindo*. Uma sentença tética, ao contrário, coloca a existência de um objeto, que, nesse caso, resultaria em algo como *Há um presidiário que se enforcou com sua ferramenta anti-suicídio*. Desse ponto de vista, a sentença postula uma soma de propriedades que define um dado objeto x: há um presidiário (na penitenciária) + ter se enforcado com sua ferramenta anti-suicídio. Pois bem, a estrutura da sentença estabelece algo muito diferente para uma série de propriedades ou até mesmo a existência de um objeto que tem atributos específicos. Essa sentença afirma algo bastante estranho. Além disso, essa incongruência não parece provir de uma crença ou de algum conhecimento sobre o mundo, ela provém de palavras da sentença. A sentença congrega consigo dois elementos semanticamente distantes: *enforcar-se* e *usar ferramenta anti-suicídio*. Mas essa distância é de um tipo particular, porque os elementos são conectados de um modo que, dada sua proximidade, cria uma percepção de estranheza, como *sendo uma criança* e *tendo cabelos brancos* ou *trabalhar muito* e *não ficar cansado*. Essa sentença propõe uma atordoante conexão. Que tipo de conexão é essa?

¹ Tradução: Jailson Rogério Gomes, doutorando PPGL/PUCRS, Porto Alegre, RS.



Outro exemplo desse tipo de elo é encontrado nesta sentença:

- (2) Pedro tornou-se ganancioso.

Uma descrição proposicional diria tipicamente que duas informações são trazidas: uma que atribui a propriedade de não ser *ganancioso* num período particular (no passado) e outra alguém afirmando que *Pedro é ganancioso* no presente. Entretanto, imagine que alguém pergunta *por quê (você acha que ele tornou-se ganancioso)?* A pergunta não tem como alvo nenhuma razão para a falta de ganância no passado, nem para uma razão para a ganância de Pedro no presente. A pergunta feita com o uso de um *por quê?* teria aqui como alvo a transformação de *Pedro não ganancioso* em *Pedro ganancioso* (Lescano 2012). Esse fato sugeriria que o que conta em (2) não é uma espécie de invólucro contendo duas informações contraditórias, mas uma transição, uma transformação de um estado para outro. A mesma coisa se aplica à sentença em itálico, tomada de Récanati (2004).

- (3) No verão de 1829, Aloysia Lange, nascida Weber, visitou Mary Novello em seu quarto de hotel em Viena... *Aloysia, a outrora célebre cantora, agora uma senhora de sessenta e sete anos... deu a Mary a impressão de uma mulher alquebrada, lamentando seu destino.*

O advérbio *agora* coloca uma transformação de *sendo uma célebre cantora* para *sendo uma senhora de sessenta e sete anos* e não nos permite descrever propriamente a sentença usando o conteúdo de uma estrutura proposicional tal como gx (*Aloysia* (x) & *celebrada em T1* (x) & *senhora de sessenta e sete anos em T2* (x)).

O ponto no qual quero chegar aqui é que há estruturas sintáticas e itens lexicais que parecem expressar um elo especial que carrega consigo elementos semânticos distantes. Sentenças que expressam esse tipo de relação são por vezes a afirmação de uma situação estranha como em (1), e às vezes parecem muito bonitas, semelhante à afirmação de uma transformação, como em (2) e (3).

Entretanto, o que estamos provisoriamente chamando de ‘elo semântico’ não somente diz respeito a elementos distantes, sejam eles estranhas combinações ou transformações. Tome-se uma sentença genérica como:

- (4) Banqueiros são gananciosos.

Dizendo (4) você não estará afirmando que há alguma propriedade accidental em banqueiros que os torna gananciosos, você estará dizendo que ser banqueiro está conectado por algo como um *elo de coerência* com

ganancioso. Não se estaria afirmando, estatisticamente, nenhuma comprovação ou (provável) informação. Esse tipo de observação dirige algo do trabalho para fora da genericidade, por exemplo, Krifka et al. (1995) que tenta explicar a intuição que, para interpretar (5) como uma sentença genérica (consequentemente não falando sobre uma criança específica), se tem de aceitar o fato de que ter nascido em Rainbow Lake é a causa de ser canhoto.

- (5) Uma criança nascida em Rainbow Lake é canhota.

Como nossos três primeiros exemplos expressaram um elo entre elementos distantes, (4) e (5) expressam um vínculo de ‘proximidade’ entre elementos semânticos. Uma das noções que têm sido propostas para teorizar esse sentimento de *nomicidade* (Dahl, 1975) é, como uma matéria de fato, a noção usada por Krifka et al. (1995) em sua análise de (5), baseada em uma abordagem indutiva do sentido, na qual o que conta é, antes, os elementos que verificam a proposição do que o componente conceitual de sentido *juízos* (ou ‘como a lei’). Juízos nômicos são juízos que são verdadeiros numa série de ‘palavras alternativas’ (mundos fisicamente possíveis) além de ser verdadeiro no ‘mundo real’. Eles são opostos a *juízos acidentais*, que são verdadeiros somente no mundo real. Krifka et al. reinterpreta essa noção dizendo que esse tipo de sentença diz respeito a ‘propriedades essenciais’ – até mesmo se eles confessam que não há definição aceitável de tal coisa. Seja como for, uma descrição indutiva desse elo de proximidade não é apropriada, pois não descreve o elo, principalmente entre ser um banqueiro e ser ganancioso ou entre ter nascido em Rainbow Lake e ser canhoto. Ele diz apenas que uma correspondência é verificada em toda parte, e isso não é absolutamente a mesma coisa. Uma correspondência perfeita entre ser banqueiro e ser ganancioso (em outras palavras, o fato é que, tomando-se um banqueiro há 100% de probabilidade de que ele ou ela seja ganancioso) não é a mesma coisa que ver ‘banqueiro’ interpenetrado de *avareza*.

Um modo de explicar esses elos semânticos é aplicar a Teoria dos Blocos Semânticos (CAREL, 2011). Nesta seção, exporei brevemente a TBS, e argumentarei, na seção 2, mostrando que essa teoria não só é adequada para a descrição do sentido linguístico, mas que ela é também possível de ser usada para considerar o que é ‘conceito’.

1.1 Predicados argumentativos

Toda a arquitetura da TBS é montada sobre a informação de que há duas entidades semânticas maiores: *predicados argumentativos* e *blocos semânticos*. Vamos primeiro introduzir os predicados argumentativos.

Predicados argumentativos foram primeiramente definidos por Carel como ‘séries de sentenças relacionadas argumentativamente’ (cf., por exemplo, CAREL 2005). Há dois tipos fundamentais de elos: ‘normativos’ e ‘transgressivos’. O elo normativo é algo como uma conexão causa/consequência entre dois termos. Nesse sentido, as sentenças, *Eu estava atrasado e havia um tráfego intenso*, são normativamente conectadas em (6). Consequentemente, (6) é um exemplo da série de sentenças ligadas normativamente, determinadas pelo predicado argumentativo que pode ser expresso por trânsito congestionado PORTANTO (estar) atrasado, onde PORTANTO indica que o predicado pertence à classe normativa:

(6) Estava atrasado porque havia um trânsito congestionado.

O predicado argumentativo é ‘uma série de sentenças relacionadas argumentativamente’ no sentido de que o mesmo predicado trânsito congestionado PORTANTO (estar) atrasado contém, como (6), outras sentenças conectadas, como (7):

(7) Um trânsito congestionado enorme produziu o atraso de duas horas na chegada do Presidente.

Na verdade, trânsito congestionado PORTANTO estar atrasado é o nome das sentenças ligadas normativamente, em que a expressão inglesa *trânsito congestionado* é normativamente conectada à expressão do inglês ‘estar atrasado’. É claro, você notou ‘algo como uma conexão causa/consequência na definição do predicado normativo: na realidade, não são conexões causa/consequência’. Vamos desenvolver esse ponto:

Tradicionalmente, a causalidade é definida com base racional, como é visto em um processo complexo envolvendo atividade racional. Ao contrário, normatividade não é um processo (não há passos intermediários que o formam) nem, consequentemente, uma atividade racional. É um *tipo* de predicado, como quando linguistas dizem que o predicado ‘ser redondo’ é um predicado ‘estativo’. Agora, o único meio para conseguir saber que ‘ser redondo’ é um predicado ‘estativo’ é demonstrando que se pode facilmente dizer algo como *ser redondo agora*. Isso é dizer que, quando você aceita que alguma coisa é um predicado e que você classifica predicados em tipos, pode-se determinar o tipo de predicado sobre uma base linguística. Normativamente, diferente de causalidade, é definido em *base linguística*. Para colocar isso claramente, predicados normativos são predicados que podem ser parafraseados, conectando dois termos por um elemento linguístico denominado ‘causal’ ou ‘consecutivo’ como *A consequentemente B, se A então B,*

A logo B, B por causa de A, etc. Um predicado normativo é registrado A PORTANTO B, em que ‘PORTANTO’ indica somente que é predicado normativo e não que a palavra atual PORTANTO pertence ao predicado.

O outro tipo de predicados argumentativos são séries de sentenças argumentativas ligadas, em que o elo é (novamente) ‘algo como’ a oposição usualmente analisada como uma ‘causa ineficiente’:

(8) Eu não estava atrasado apesar do trânsito congestionado.

Em (8), as sentenças *eu não estava atrasado e o trânsito congestionado* (que pode ser considerada como uma sentença completa, se supusermos que aponte para *o trânsito congestionado no qual eu estava*) estão ligadas por uma conexão graças à expressão *apesar de*. Tem-se aqui o mesmo modelo de antes: a TBS vê somente uma entidade em que a análise tradicional coloca uma descrição bifurcada. De fato, é usualmente aceito que quando dizemos algo como (8), estamos oferecendo duas informações: 1) que trânsito congestionado causa atraso para as pessoas e 2) que não era o caso nessa situação particular que um trânsito congestionado me atrase. Apesar disso, a originalidade da Teoria dos Blocos Semânticos é dar à conexão transgressiva, o mesmo status primitivo que dá à normativa. Na estrutura da TBS, o conteúdo semântico da sentença (8) seria (parcialmente) descrito como um único predicado transgressivo, registrado como anotado trânsito congestionado NO ENTANTO não estar atrasado, em que NO ENTANTO indica a natureza transgressiva do predicado. Uma das propriedades dos predicados transgressivos é sua capacidade de ser parafraseada pelo uso de conectores ‘contrastivos’ como *entretanto, embora, mesmo se* e outros.

Alguém pode se perguntar o que significa dizer que uma dada asserção ‘comunica uma série de sentenças relacionadas argumentativamente’ isto é o que é afirmado quando dizemos que o conteúdo semântico de uma sentença ‘contém um predicado argumentativo’, conforme a definição de predicados argumentativos anteriormente mencionada. Um modo de responder é que o que é mantido do conjunto de (infinitas) sentenças relacionadas argumentativamente que constituem um predicado argumentativo não é uma simples lista de sentenças relacionadas, mas o que eles têm em comum, isto é, a relação normativa ou transgressiva entre dois elementos linguísticos. Então, para dizer que ao afirmar *Eu não estou atrasado apesar do trânsito congestionado*, podemos comunicar o predicado argumentativo trânsito congestionado NO ENTANTO não estar atrasado significa que a sentença expressa um elo argumentativo particular entre *trânsito congestionado* e *não estar atrasado*.

Vamos voltar agora às nossas primeiras sentenças. Eu apresentei (1), (2) e (3) mostrando uma espécie de “relação de distância” e (4) e (5) como manifestando algo como uma ‘relação de coerência’. Esses termos intuitivos podem agora ser substituídos pelos termos técnicos da TBS, dizendo que o primeiro grupo expressa predicados transgressivos, enquanto o segundo expressa predicados normativos. Mencionei os predicados argumentativos comunicados sob as sentenças em questão.

- (9) Um presidiário enforca-se com uma ferramenta anti-suicídio.

ter um instrumento anti-suicídio NO ENTANTO usá-lo para cometer suicídio

- (10) Pedro tornou-se ganancioso

não (ser) ganancioso num certo período passado NO ENTANTO (ser) ganancioso

- (11) No verão de 1829, Aloysia Lange, nascida Weber, visitou Mary Novello em seu quarto de hotel em Viena... *Aloysia, a declarada uma vez cantora célebre, agora uma senhora de sessenta e sete anos...* deu a Mary a impressão de uma mulher alquebrada lamentando seu destino.

ser cantora célebre em certo período do passado NO ENTANTO ser uma senhora de sessenta e sete anos

- (12) Banqueiros são gananciosos

ser banqueiro PORTANTO ser ganancioso

- (13) Uma criança nascida em Rainbow Lake é canhota

ser nascida em Rainbow Lake PORTANTO ser canhota

Argumentarei que levar em conta a natureza dos predicados argumentativos pode ser útil para descrever o que é geralmente chamado de ‘conceito’. No entanto, a fim de conceber esse projeto, eu terei de rejeitar o que chamarei de “visão restrita” dos predicados da TBS. Eu tentarei mostrar que essa visão tem dois problemas, e que um modo de resolvê-los é deslocá-los da concepção puramente linguística de predicados argumentativos para uma mais abstrata.

1.2 O que são predicados argumentativos? Sentido lexical e sentencial

Alguém pode se perguntar sobre que tipo de existência de predicados argumentativos há. Em outras

palavras, se alguém aceita que predicados argumentativos são comunicados por sentenças, é legítimo especificar se predicados argumentativos são gerados por arranjos sintáticos particulares de palavras (i. é. sentenças) ou se predicados argumentativos *prontos-para-serem-usados* podem ser encontrados em algum outro lugar.

Quando olhamos para *onde* os predicados argumentativos são colocados pela teoria, surge uma resposta que se divide em duas partes. A primeira parte da resposta vem da concepção de sentido lexical da TBS. O sentido das palavras (na verdade, dos substantivos, verbos e adjetivos) é formado por séries de predicados argumentativos. Por exemplo, é possível que o adjetivo *cuidadoso* possa facilmente ser usado para comunicar o predicado argumentativo (14):

- (14) estar em perigo PORTANTO tomar precauções

A TBS diria que (14) está codificado no sentido lexical de *cuidadoso*. Assim, para a TBS, há predicados argumentativos em alguma ‘área’ do sistema da linguagem (‘língua’ saussuriana).

A outra parte da resposta é consequência da visão da TBS, não do sentido do *léxico*, mas da *significação da sentença* de ‘o que é comunicado’, tomando emprestada a terminologia de Récanati. Vimos que (uma parte de) o que é comunicado pela sentença é constituído por predicados argumentativos. O predicado argumentativo comunicado pode emanar do sentido dos itens lexicais da sentença ou ser inteiramente criado por ele. Por exemplo, imagine que o predicado argumentativo ser vítima de um ato rancoroso NO ENTANTO não revidar está lexicalizado no verbo *perdoar*. Segue-se que, em certos contextos, pode-se usar o verbo *perdoar* para comunicar aquele mesmo predicado. Pode ser o caso se você proferir a sentença *João perdoará Pedro* (como alguém pode imaginar que essa sentença, em um dado contexto, pode expressar algo semelhante a *João foi vítima de um ato rancoroso vindo de Pedro, até agora ele não o perdoou*). Mas pode-se também dizer algo como *perdoar é desolador* e então você estará comunicando um predicado linguística e provavelmente não previsto, isto é, perdoar PORTANTO ser desolador, o inesperado vindo do fato de que será surpreendente dar-se conta de que esse predicado é algo estável no uso geral do verbo *perdoar* ou do adjetivo *desolador* em inglês.

Vamos denominar essa visão dos predicados argumentativos de ‘concepção restrita’, já que ela limita sua existência a seu registro num item lexical ou a uma sentença realizada. Não é um tipo de deficiência *a priori* da teoria, pois sendo que o que é descrito é o sentido lexical da sentença. Não seria necessário mudar essa concepção, a menos que algum fenômeno linguístico específico prove o contrário. Em vez disso, se o que

queremos analisar são conceitos, alguns arranjos precisam ser feitos a fim de admitir os princípios da TBS em nossa abordagem. Particularmente, analisar conceitos como entidades da TBS é abandonar a ‘concepção restrita’ de predicados argumentativos. Uma das principais razões para abandonar a concepção restrita é que, se assumirmos que a TBS dá a visão correta do sentido linguístico, então não podemos escapar da afirmação de que os conceitos são, de alguma forma, idênticos ao modo como o são na TBS. De outro modo, teríamos de aceitar que um sistema linguístico da TBS funcionaria em paralelo com um domínio conceitual não TBS. E, dizendo isso, não estou negando que o sistema da língua tem sua própria natureza, suas próprias regras. Estou só afirmando que seria contrário à intuição que o sentido lexical e o conteúdo semântico de sentenças, de um lado, e conceitos, de outro, tivessem naturezas totalmente diferentes. Muitos leitores podem perguntar por que insisto na necessidade de manter algum grau de homogeneidade entre sentido linguístico e entidades conceituais. Embora essa homogeneidade seja amplamente tomada como certa pelos que apoiam a abordagem representacional de conceitos e sentido linguístico, como Jerry Fodor e outros, não é o que ocorre com a Teoria dos Blocos Semânticos. De fato, a TBS exclui explicitamente a não motivação linguística para fenômenos linguísticos. Entretanto, contrariamente aos autores da teoria, penso que devemos considerar a possibilidade de que a estrutura das unidades semântico linguísticas é determinada pela natureza de conceitos. Assim, essa é a porta (ou talvez a caixa de Pandora) que eu gostaria de abrir. Explorarei a tese de que a TBS supre as noções-chave para o estudo do que são usualmente concebidos como ‘conceitos’, pela simples razão de que as descobertas da TBS dizem respeito a conceitos, bem como a sentido lexical e conteúdo semântico de sentenças. Trabalharei, então, com a suposição de que a produtividade de afirmações da TBS vai além da descrição de itens lexicais e sentidos de sentença, caracterizando o que é tradicionalmente chamado um ‘conceito’ à luz da própria TBS – e levando finalmente a questionar a relação entre sistema linguístico e o que chamarei de espaço conceitual.

1.3 Blocos Semânticos

A próxima noção-chave da TBS que deve ser estudada é aquela depois da qual a teoria denominou “blocos semânticos”. É fácil mostrar que há predicados gramaticais que compartilham o que pode ser intuitivamente chamado de “concepção local do mundo” ou de “micro-ideologia”. Imaginemos que alguém diz que o artista Lucien Freud foi um pintor de sucesso por causa de seu nome de família. Isso expressaria um predicado como (15):

- (15) ser descendente de uma celebridade PORTANTO ser facilmente bem-sucedido.

Alguém pode fazer oposição a que todo descendente de celebridade que tentou ser bem-sucedido tenha buscado esse objetivo. Aqui, o predicado seria (16):

- (16) ser descendente de celebridade ENTRETANTO não ser facilmente bem-sucedido

Esses dois predicados, mesmo se eles estão de algum modo opostos, captam uma ligação mais abstrata entre ser descendente de celebridade e ser bem-sucedido, uma ligação que concebe o fato de ser descendente de celebridade como uma vantagem na estrada rumo ao sucesso. Essa ideia única é apreendida pelos dois predicados, conseqüentemente eles certamente compartilham algo. Vamos dar outro exemplo, desta vez mais tradicional. Quando olhamos um macaco que não está comendo banana, mas está comendo alguma outra coisa, podemos dizer *esse macaco não come bananas*, como em (17):

- (17) ser macaco NO ENTANTO não comer bananas

Você não expressaria uma concepção diferente sobre ‘macaque’ e bananas se você dissesse (18):

- (18) ser macaco PORTANTO comer bananas

Ainda que expostos, de diferentes formas, esses dois predicados afirmam o mesmo tipo de relação entre macacos e bananas. A ideia que esses exemplos tentam ilustrar é que cada predicado está sob uma entidade semântica geral: ‘um bloco semântico’. Os predicados (15) e (16) pertencem ao mesmo bloco semântico e os predicados (17) e (18) também pertencem ao mesmo bloco semântico.

Pois bem, blocos semânticos não são formados apenas por dois predicados argumentativos, mas por quatro. Suponha que, em um mesmo diálogo sobre Lucien Freud, alguém argumenta que *seja como pode for, ser descendente de uma pessoa não famosa dificulta a obtenção da fama*. Isso expressaria o predicado argumentativo (19):

- (19) não ser descendente de celebridade PORTANTO não ter sucesso facilmente

Desta vez, outro participante da interação poderia argumentar que muitas pessoas não famosas tornaram-se famosas facilmente, e por meio dessa assertiva, a pessoa estaria expressando o seguinte predicado:

- (20) não ser descendente de celebridade NO ENTANTO ter sucesso facilmente

Esses dois predicados afirmam o mesmo bloco semântico que (15) e (16), um bloco formado pela série destes quatro predicados argumentativos:

- (21) ser descendente de celebridade PORTANTO ter sucesso facilmente
- (22) ser descendente de celebridade NO ENTANTO não ter sucesso facilmente
- (23) não ser descendente de celebridade PORTANTO não ter sucesso facilmente
- (24) não ser descendente de celebridade NO ENTANTO ter sucesso facilmente

A mesma lógica aplica-se ao bloco sobre macacos e bananas, que é formado pelos seguintes predicados:

- (25) ser macaco PORTANTO comer bananas
- (26) ser macaco NO ENTANTO não comer bananas
- (27) não ser macaco PORTANTO não comer bananas
- (28) não ser macaco NO ENTANTO comer bananas

Um bloco semântico é a lista de quatro predicados argumentativos que contêm ‘algo’ que eles têm em comum (estamos conscientemente simplificando: os quatro predicados argumentativos não estão listados, eles são organizados por relações formais que existem entre eles, cf. Carel & Ducrot, 1999). Esse ‘alguma coisa’, sendo compartilhado, não é especificado na teoria, talvez pelo fato de que alguém não pode expressá-lo linguisticamente sem desenvolver toda a série de quatro predicados que afirmam isso. Por exemplo, se você quer ter uma manifestação linguística aprimorada do bloco que relaciona macacos e bananas, você tem de reunir pelo menos quatro sentenças, uma para cada predicado, imaginando, por exemplo, as sentenças *Macacos comem bananas* para (1), *Alguns macacos não comem bananas* para (2), *O guepardo não é um verdadeiro macaco, por essa razão não come banana* para (3), *Pedro gosta de bananas, isso não faz dele um macaco!* para (4). Mas o estudo de entidades conceituais necessita especificar mais adiante o que é para uma entidade ser um bloco semântico. Por exemplo, ele rejeita que o que é usualmente chamado um ‘estereótipo’ possa ser facilmente analisado como um único bloco semântico que não necessita existir na forma

de quatro predicados (cf. LESCANO, 2013). É claro, então, que necessitamos ter uma definição mais precisa do que é um bloco semântico. Esse é o objeto do parágrafo a seguir.

2 Blocos Conceituais e seus conceitos

A principal ideia que eu tento apresentar é que blocos semânticos e predicados argumentativos não só existem como *sentido linguístico*, isto é, entidades diretamente associadas a um item lexical particular ou a uma sentença particular, mas também povoam o ‘espaço conceitual’ que pode ser visto como o domínio da vida semiótica de grupos sociais. Grosseiramente falando, o espaço conceitual é o que comumente chamamos de ‘cultura’, mas diferentemente da *cultura*, o espaço conceitual não é necessariamente ligado a um grupo social específico. O espaço conceitual não diz respeito aos membros de uma dada sociedade. Ele diz respeito à vida social, onde diferentes culturas interagem. Assim, a noção de ‘espaço conceitual’ tende a ser mais geral do que a noção de ‘cultura’. Além disso, uma dada “cultura” subjaz a um espaço conceitual que de alguma forma é *naturalizado* por determinado grupo em determinada época.

Mais ainda, o espaço conceitual não é somente uma série de blocos conceituais, é um *domínio*, aquele em que blocos são criados, impostos, usados, negociados, evocados, avaliados, etc. Em outras palavras, o espaço conceitual é a atividade simbólica ativa, incluindo as condições dessa atividade (blocos existentes e suas relações) e os seus resultados (novos blocos). Estou ciente de que estou sendo bastante conciso e programático a respeito dessa questão que é bastante complexa e árida e que necessitará de várias outras pesquisas e trabalhos para mostrar resultados mais promissores, todavia a noção de ‘espaço conceitual’ deve ser tomada mais como uma direção de pesquisa do que uma noção em si mesma. Eu focalizarei, em vez disso, na estrutura interna dos próprios conceitos.

Uma breve observação antes de ir para o que é um conceito. Reflexões recentes sobre conceitos dão ênfase em sua função: uma das principais questões que opõem filósofos é *para que servem os conceitos?* Alguns dizem que conceitos são para *pensar* (essa é a posição Racionalista), outros dizem que são para *fazer* (função Empirista). Em minha abordagem, essa não é uma indagação coerente. Perguntar para que servem os conceitos, de certo modo, é perguntar *para que serve a cultura*. O espaço conceitual certamente permite pensar e fazer, mas isso é também uma *consequência* de pensar e fazer, como novos conceitos podem ser criados graças a atividades racionais e práticas. Não sei *para que serve o espaço conceitual*, só sei que é o contexto simbólico

dentro do qual vivemos, é antes um *constituente* da existência humana.

2.1 Imbricação: Blocos diretos e oblíquos

Como eu acabei de sugerir na TBS, a própria noção de bloco é às vezes deixada sem especificação. Mas, se conceitos devem ser descritos em ‘blocos’, não podemos prescindir da definição do que é um bloco, temos de especificar a estrutura interna de um bloco conceitual. Isso é o que a noção de ‘imbricação’ pode ajudar a fazer.

Chamemos A e B os termos afirmativos que aparecem na noção de predicados argumentativos. No caso de nosso primeiro bloco, diríamos ‘ser descendente de celebridade’ como A, e ‘ter sucesso facilmente’ como B. Eu perguntarei se ‘um bloco conceitual’, isto é, um bloco que pertence ao espaço conceitual (sem olhar para sua existência no sistema linguístico ou como conteúdo semântico de uma sentença particular), consiste na “imbricação” de dois termos. Entendo por ‘imbricação’ a relação de duas sentenças que se transforma em apenas uma, sendo: uma ‘imbricação’ direta ou uma ‘imbricação oblíqua’. Em nosso exemplo, ‘ser descendente de celebridade’ (A) está diretamente ‘imbricado’ em ‘ter sucesso facilmente’ (B), isto é, A e B estão imbricados de tal modo que, aproximados os dois termos, assim como, quando somente um deles é negado, é necessário – se você não ‘sai’ desse bloco – apreender o bloco com um predicado, afirmando uma conexão transgressiva. Isso é o que acontece quando A ou B são negados no caso mencionado abaixo:

- (29) ser descendente de celebridade NO ENTANTO não ter êxito facilmente
- (30) não ser descendente de celebridade NO ENTANTO ter êxito facilmente

Para dizer de outro modo, uma imbricação direta entre A e B admite uma conexão em PORTANTO somente se A e B são ambos afirmativos ou ambos negativos. Voltemos agora à imbricação oblíqua. É teoricamente plausível que em certo espaço conceitual, ser descendente de celebridade é entendido como um obstáculo para atingir a celebridade; nesse espaço conceitual, o trabalho de indivíduos que têm ancestrais famosos é visto como sendo de qualidade intrínseca precária, e isso somente na base do ancestral dele ou dela ser famoso – esse indivíduo seria subsidiário a ser a sombra do ancestral famoso. O bloco correspondente a essa concepção imbrica ‘obliquamente’ seus termos. Uma conexão oblíqua entre A e B é definida pelo fato de que uma conexão NO ENTANTO só é permitida quando A e B são ambos afirmativos ou ambos

negativos, e que uma conexão em PORTANTO toma lugar quando somente um dos termos é negado.

Eu indicarei com “&” a imbricação direta e com “!” a oblíqua. Podemos agora dizer que dados os termos “descendente de celebridade” e “sucesso”, podemos chegar a esses dois blocos diferentes (opostos):

- (31) [descendente de celebridade & sucesso]
- (32) [descendente de celebridade ! sucesso]

De agora em diante, chamarei ‘conceitos’ as manifestações normativas e transgressivas de um bloco conceitual. Em outras palavras, o que Carel chama ‘predicado argumentativo’ na linguística é transposto aqui para o espaço conceitual denominado ‘conceito’. Então, um bloco conceitual é uma imbricação (direta ou oblíqua) que constitui a micro-ideologia diferentemente aceita pelos quatro conceitos pertencentes a esse bloco. Os conceitos (33) a (36) pertencem ao bloco direto (31) [descendente de celebridade e sucesso] e os conceitos (37) a (40) pertencem ao bloco oblíquo (32) [descendente de celebridade ! fama].

- (33) ser descendente de celebridade PORTANTO ter sucesso facilmente
- (34) ser descendente de celebridade NO ENTANTO não ter sucesso facilmente
- (35) não ser descendente de celebridade PORTANTO não ter sucesso facilmente
- (36) não ser descendente de celebridade NO ENTANTO ter sucesso facilmente
- (37) não ser descendente de celebridade PORTANTO ter sucesso facilmente
- (38) não ser descendente de celebridade NO ENTANTO não ter sucesso facilmente
- (39) ser descendente de celebridade PORTANTO não ter sucesso facilmente
- (40) ser descendente de celebridade NO ENTANTO ter sucesso facilmente

Além disso, termos como “ser descendente de celebridade” serão tomados como não tendo nenhum valor conceitual em si mesmos: termos são elementos conceituais somente quando considerados como imbricados com outro termo (a menos que ele entre em algum tipo de relação com um bloco semântico – que

não tratados aqui). Não há conceito ‘ser descendente de celebridade’, há (possivelmente em um dado espaço conceitual) um conceito ser descendente de celebridade PORTANTO ser famoso com maior facilidade. A imbricação permite-nos definir blocos semânticos como *entidades conceituais nas quais dois termos são imbricados*.

Duas observações sobre as formas de conceitos. Primeira, o leitor atento provavelmente percebeu que os conceitos são ‘mais amplos’ do que os blocos: compare [descendente de celebridade & sucesso] com ser descendente de celebridade PORTANTO ter sucesso facilmente. Essa questão provém do fato de que pretendo dar aos conceitos uma forma próxima para uma sequência de palavras, ainda que seja um elemento abstrato, mas é certo que o comentário formal de conceitos e blocos merece atenção posterior. Em segundo lugar, a partícula negativa ‘não’ na anotação de um conceito foi usada até agora como uma abreviação para algo diferente do morfema inglês ‘negação’. Apresentarei agora o operador ‘inversor’ (INV), uma adaptação do “modificateur déréalisant inverseur” (DUCROT, 1995) que atualiza a operação ‘inversão’. ‘Inversão’ toma um termo e o transforma em seu “oposto” semântico em um dado bloco. No conceito estereotipado (até mesmo um pouco arcaico), politicamente incorreto INV homem PORTANTO adora cozinhar, o fragmento INV homem seria normalmente atualizado no discurso por algo como *mulher*. Pode-se certamente ser tentado a atualizar INV homem com qualquer entidade que não seja um homem, como *Deus* ou *mesa*. O resultado seriam sentenças absurdas como *Deus adora cozinhar* ou *Mesas adoram cozinhar* que, em qualquer caso, parece não expressar o conceito INV homem PORTANTO adora cozinhar. Isso seria visto como um problema possível da operação de inversão: isso produziria resultados absurdos. Mas esse procedimento não levaria em conta que funções de inversão ‘num dado bloco’: você simplesmente não obtém “Deus” ou “mesa” “invertendo” o termo *homem* no conceito INV homem PORTANTO adora cozinhar, a menos que você esteja situado em um espaço conceitual onde Deus ou mesas adorem cozinhar como um efeito de sua falta de masculinidade.

Retomando: até agora, vimos dois tipos de entidades conceituais: blocos conceituais e conceitos. Um bloco conceitual é um elo particular entre dois termos. Chamamos isso “imbricação” de elos. Conceitos são manifestações parciais de um bloco, no sentido de que cada conceito ‘apreende’, de um modo particular, o bloco dentro do qual ele se encontra. Há uma diferença no que diz respeito ao elo entre os termos de blocos e à relação entre os termos unidos por um conceito. De fato, blocos conceituais e conceitos são definidos por um tipo de relação particular

entre dois termos. Blocos *imbricam* dois termos; os conceitos os *unem*. Se lembrarmos que um conceito nada mais é do que um modo particular de entender um bloco semântico, percebemos que a *conexão* é uma ligação mais “precisa” entre termos do que “imbricação”. Essa ‘precisão’ pode ser observada pelo fato de que há palavras na língua para expressar *conexões* (*consequentemente* ou *porque* podem expressar a conexão PORTANTO, *embora* ou *apesar* de serem especializadas para a expressão da conexão em NO ENTANTO) e assim uma única sentença é suficiente para expressar explicitamente um predicado. Mas, para expressar um elo de *imbricação*, os quatro predicados do bloco devem estar explicitados no discurso.

Vamos tornar isso claro: a TBS é uma teoria sobre a língua, mais precisamente sobre sentidos linguísticos, concebida por Carel e Ducrot como um modo de dar conta do que as palavras e as sentenças significam, isto é, de seu ponto de vista, principalmente predicados argumentativos. Além disso, predicados argumentativos (nossos ‘conceitos’) são vistos pela abordagem da TBS como modelos discursivos, tipo de esquemas que permitem formar novos discursos para interpretá-los. Fica evidente, para Carel, que essa teoria não entende o sentido como refletindo a estrutura de ‘um algo mais’, denominado pensamento: a língua em suas próprias regras – Carel trabalha dentro de uma ‘tese não paralela’, a ideia de que o sentido linguístico não se relaciona com nenhuma realidade simbólica. Blocos semânticos e predicados argumentativos são entidades linguísticas feitas com palavras, e nada mais, a não ser palavras. Entretanto, em uma visão da TBS de entidades conceituais, essa declaração saussuriana tem sido revisada por, pelo menos, duas razões.

Primeiramente, a implicação não é expressa linguisticamente. Como já vimos, a imbricação é uma relação estabelecida entre os termos A e B de um bloco, que podem ser ‘diretos’ (&) ou ‘oblíquos’ (!). E, como também já observamos, a relação não tem equivalente linguístico. Logo, não podemos manter a ideia de que esse tipo de entidade é formada por ‘palavras e só por palavras’; a relação que une os termos de um bloco escapa ao domínio puramente linguístico. Consequentemente, há alguma outra coisa, que não a língua que entra na formação de um bloco.

Em segundo lugar, a existência de blocos pode ser justificada independentemente de palavras e sentenças específicas. Por exemplo, um bloco como [mulher & cozinhar] como o estereótipo pelo qual mulheres adoram cozinhar, pode ser inferido por alguns comportamentos particulares de determinado grupo social, ser ou não expresso discursivamente de modo explícito. Como teoria linguística, a TBS não se preocupa com a existência não discursiva dos blocos, mas sim com uma visão da

TBS do espaço conceitual. Essa ideia ainda será desenvolvida.

A hipótese de que o interesse da Teoria dos Blocos Semânticos vai além dos sentidos lexicais e das sentenças tem de ser explorada como uma oportunidade de reconsiderar cada afirmação única sobre entidades conceituais, como a noção de ‘blocos semânticos’ não convém em nenhuma das categorias tradicionais. Só para dar alguns exemplos fundamentais, blocos semânticos não constituem uma condicional-verdadeira, são não intencionais, tampouco composicionais (nem combinam composicionalmente) e não têm sentido extensional. Diria até mesmo que a principal função dos conceitos da TBS não é a de ‘representar’ o mundo, mas antes de ‘dar sentido’ ao mundo. ‘Dar sentido’ é muito diferente de ‘categorizar’, é existir em um conteúdo simbólico. A pergunta para a qual a abordagem de conceitos de uma TBS é uma resposta é como vivemos a cultura.

2.2 Blocos conceituais, conceitos, termos

Quais são as consequências da afirmação de que conceitos são entidades da TBS? Em uma primeira aproximação, comparemos “blocos conceituais” (isto é, entidades conceituais que têm a mesma estrutura e propriedades como blocos semânticos) com proposições. A primeira diferença entre blocos conceituais e proposições é o tipo de entidades elementares que os formam. As proposições se originam em um conceito fregeano “saturado” por um objeto; um bloco é formado por um elo abstrato (“imbricação”) entre dois termos. Vimos o que é imbricação, façamos agora uma aproximação de termos para comparar melhor blocos com proposições.

Chamei de “termos” as entidades que preenchem as lacunas A e B na estrutura de blocos conceituais [A {&!} B] e, por isso, as mesmas lacunas em conceitos (INV) A {PORTANTO/NO ENTANTO} (INV) B. Por exemplo, “estarei em um trânsito intenso” é um termo do bloco conceitual [estar num trânsito intenso & estar atrasado].

À primeira vista, os termos se assemelham às ‘sentenças’, mas o que eles são? Como ‘sentenças’, eles poderiam ser definidos de dois modos distintos: eles poderiam ser vistos como entidades ‘conceituais’ ou como ‘entidades linguísticas’. Se supusermos que os termos são entidades conceituais (ou seja, não linguísticas), eles poderiam ser definidos 1) como proposições ou 2) como conceitos fregeanos.

2.2.1 Termos como proposições. A semelhança de termos e frases pode permitir-nos conceber termos como proposições. Veremos que esta seria uma forma incorreta de vê-los. Vamos supor que uma proposição

seja formada por duas entidades: um conceito fregeano e o objeto que o ‘satura’. Uma proposição é algo sobre alguma coisa. Agora, um termo não pode conter um objeto. Por exemplo, o termo *ser uma criança* no bloco [ser criança! entender assuntos de adulto] não é ‘algo sobre alguma coisa’, não existem duas entidades que possam ser separadas, diferindo o objeto do conceito de uma proposição. O termo poderia ser aplicado a uma situação específica de tal modo que, ao dizer *João é apenas uma criança, ele não vai entender isso*, o conceito de *ser uma criança* PORTANTO não entender assuntos de adulto é aplicado a uma dada situação que parece ‘preencher as lacunas’ relativas ao termo conceito. Por conseguinte, neste caso, o termo *ser uma criança* parece ser “preenchido” pelo objeto ‘João’. Portanto os termos se parecem muito mais com um conceito fregeano do que como uma proposição completa. Mas será que os termos realmente podem ser descritos como conceitos fregeanos (como a segunda versão da definição não linguística de termos afirma)?

2.2.2 Termos como conceitos fregeanos.

Um conceito fregeano é algo como *ser redondo*: ele precisa de um objeto, como a Terra, para se tornar um pensamento “completo”, que seria *A Terra é redonda*. Isso é o que Frege afirma quando diz que os conceitos são ‘não saturados’. O modo através do qual fazemos anotações dos termos, às vezes com um infinitivo ou com uma expressão do tipo *ser X*, pode levar à ideia de que os termos são de alguma forma equivalentes aos conceitos fregeanos. No entanto, um problema com essa visão sobre os termos é que os conceitos fregeanos – mesmo se não saturados – têm, talvez paradoxalmente, um grau de completude que os termos não têm. Na verdade, as teorias semânticas extensionais veem os conceitos fregeanos como “significado” como sendo o conjunto de objetos que verificam a relação $x \text{ é } P$, e um conjunto de objetos que parece, a meu ver, uma entidade completa. Muitas teorias, mais próximas da concepção fregeana original, veem os conceitos fregeanos como ‘propriedades’, ou seja, entidades ‘conceitualmente completas’. Suponho que o leitor vai aceitar que mesmo que não seja um pensamento completo, o conceito ‘ser redondo’ não carece de nenhum objeto para expressar o conceito ‘ser redondo’. Pelo contrário, os termos de um bloco conceitual não são ‘completos conceitualmente’. Apenas um bloco conceitual (ou seus conceitos derivados) é completo conceitualmente. Para a TBS um termo isolado não tem valor conceitual, nada pode ser conceitualmente ‘agregado’ em um termo, a menos que ele seja visto como um dos elementos de um bloco conceitual ou de um ‘conceito que esteja de acordo com os postulados da TBS.

2.2.3 Termos como formas linguísticas.

O que forma um bloco conceitual é a imbricação de duas *entidades não conceituais* que definirei como entidades *formais* puras. O que é ligado pela imbricação são *formas*, formas linguísticas. Em outras palavras, termos não são entidades conceituais; a rede que estou apresentando aqui é baseada na afirmação de que as entidades conceituais da TBS (i.e. blocos conceituais e conceitos) são as menores entidades conceituais: elas não podem ser decompostas em entidades conceituais menores (essa propriedade de termos é inspirada no que Carel (2011) chama de “interdépendance sémantique”). Uma das consequências de aceitar isso é que a expressão linguística *ser uma criança* não tem valor conceitual a menos que seja apresentada em uma imbricação². É claro que dizer que “o que uma criança é” pode ser ligado com uma definição não imbricativa como ‘um humano que se encontra entre o nascimento e seus 13 anos’ ou qualquer idade que você possa imaginar como um limite para a infância. Mas mesmo afirmando que a ‘idade mencionada’ seja um critério apropriado para definir a infância, isso não contraria o que estou dizendo. Minha tese é que a atividade de rotular (ou usar rótulos para) os objetos do mundo não envolve necessariamente conceitos. O âmbito dessa tese não inclui a natureza do elo que une uma palavra a seu conceito. Uma abordagem pela TBS para os conceitos pode descrever o que é ser uma criança em uma determinada cultura, ou, para colocar de forma mais técnica, são os conceitos, em uma determinada área do espaço conceitual, que dizem respeito à forma linguística *criança*.

Eu escolho uma solução ‘linguística’ para o problema de definir termos: termos são os aspectos formais da palavra, ou em uma terminologia saussuriana, termos são *significadores*. Embora os blocos conceituais não possam ser caracterizados como entidades linguísticas, como imbricação não é uma relação linguística, há uma natureza meramente conceitual. Um bloco conceitual é, portanto a união conceitual de duas formas linguísticas. Em outras palavras, eu estou afirmando que, embora conceitos não sejam meras entidades linguísticas, eles são interpenetrados por linguagem.

2.3 Manifestações não linguísticas de conceitos

Uma das principais afirmações que estou assumindo neste texto em relação à TBS pode ser sintetizada dizendo que eu adoto a posição da TBS, segundo a qual o sistema linguístico de sentidos lexicais assim como o de sentidos

de sentenças são constituídos de blocos semânticos (e seus predicados argumentativos). Mas, a meu ver, essa visão deve ser alargada para abarcar o espaço conceitual, que deve ser visto como formado por blocos conceituais (e seus conceitos). Na primeira parte deste texto, apresentei alguns exemplos do modo como a TBS trata o sentido linguístico. Nesta seção, apresentarei alguma evidência para o fato de que um fenômeno não linguístico pode envolver blocos conceituais.

A primeira é baseada no “experimento de Kuleshov”. O diretor russo de filmes, Lev Kuleshov, criou em 1920 um curta metragem no qual inseriu o rosto de um ator, mostrando um olhar intenso diante de 1) um prato de alimento succulento, 2) uma mulher sedutora e 3) uma criança morta. O ator foi filmado uma única vez, mas seu gesto intenso é mostrado três vezes: uma antes da imagem do prato, outra diante da imagem da mulher e a última diante da imagem da criança. Sem saber do experimento, a plateia aclamou o olhar extremamente expressivo de 1) fome, 2) desejo e 3) piedade do ator. O que depois foi chamado na teoria cinematográfica de o ‘efeito Kuleshov’, no qual é o olhar de duas imagens sucessivas que tende a formar uma unidade na interpretação. Eu mantereí apenas a ideia de que a plateia do experimento não poderia interpretar o rosto do ator sem que tivesse em mente que essa ‘espera de algo mais’ fosse dada pela imagem que se seguiu a cada vez. A meu ver, o rosto do ator necessita de uma imbricação para ser interpretado, e sua ausência é um ‘momento’ dificilmente interpretável. O experimento mostra que as imagens do alimento, da mulher ou da criança não somente “deram a causa” do sentimento do ator, elas deram seu sentido pleno. A cada vez, o rosto é absolutamente interpretável pela imbricação depois de ver a imagem correspondente.

Outro modo através do qual justificarei a ideia de blocos conceituais subjacente ao fenômeno que não envolve necessariamente uma “existência linguística” é baseada em estereótipos. É amplamente aceito que um estereótipo é socialmente uma crença compartilhada por um grupo social. Por exemplo, a crença de que Italianos são românticos pode ser considerada como um estereótipo. Uma das principais características reconhecidas de estereótipos é seu ‘essencialismo’ (inspirado principalmente por Medin, 1989), que é o fato de que propriedades estereotipadas são ditas estarem na ‘natureza’ do grupo social que as caracteriza. Isso significa que uma crença estereotipada não consiste na simples atribuição de uma propriedade a um grupo social, há, em vez disso, uma espécie de fusão entre o grupo e a propriedade que produz, em nosso caso, que ser Italiano é o mesmo que ser romântico. Vejo isso como uma manifestação da natureza imbricativa de estereótipos, cuja estrutura interna não é, por isso,

² Ou associada a um bloco da TBS ou predicado, como quando a palavra *cuidadoso* é associada ao predicado [perigo PORTANTO precaução] (cf. CAREL 2011).

diferente de conceitos não estereotipados. Objetar-se-ia que estereótipos não podem ser blocos semânticos como [Italiano & romântico] (que inclui os conceitos Italiano PORTANTO romântico, Italiano NO ENTANTO romântico, INV Italiano PORTANTO INV romântico e INV Italiano NO ENTANTO romântico) mas mais do que o único *conceito* normativo Italiano PORTANTO romântico. O opositor poderia dizer que o que se acredita é que a ‘Italianidade’ produz ‘romanticismo’ e não toda a série dos quatro conceitos do bloco. No entanto, o estereótipo em questão seria explorado se alguém dissesse *Gianni não é muito italiano, ele é tão destituído de romantismo!* Afirmando com isso o conceito INV italiano SO INV romântico: ele não é romântico porque não é um ‘bom’ italiano. O mesmo poderia ser imaginado para os demais conceitos do bloco [Italiano & romântico] que, todos eles, manifestam o mesmo estereótipo: *Você pode ser muito romântico, mesmo se você não é italiano!* (INV Italiano NO ENTANTO romântico). Assim, eu diria que o estereótipo é mais bem descrito pelo bloco conceitual [Italiano & romântico] do que pelo conceito normativo singular [Italiano PORTANTO romântico].

Os conceitos da TBS não verbalizados estão em toda parte, mesmo quando não são nem lexicalizados nem contidos na semântica das sentenças. Por exemplo, há designers que projetaram copos de cerâmica que imitam quase perfeitamente copos de papel, especialmente, eles imitam a aparência irregular de copos de papel usados. A meu ver, esses objetos têm uma realidade conceitual explícita, como se para ‘interpretá-los’ fosse necessário perceber que *mesmo que eles pareçam copos de papel eles são, na verdade, copos de cerâmica*, que represento com o conceito ser copo de cerâmica NO ENTANTO parecer copos de papel. Esse conceito manifesta um conceito mais abstrato, ser algo NO ENTANTO parecer algo mais, que é o conceito compartilhado de todo *trompe-à-l’oeil*. Alguém que não teve experiência anterior de um copo de papel não seria capaz de compreender a realidade conceitual dessa nova ideia.

Do que foi dito, segue-se que blocos conceituais (e seus conceitos) não estão necessariamente associados com palavras como seus sentidos linguísticos, nem com sentenças como seus conteúdos semânticos. A ampla variedade de sentidos lexicais de uma língua em particular nada mais é do que um subconjunto de um dado espaço conceitual, certamente com organização e características internas particulares. O conceito ser um copo de cerâmica NO ENTANTO parecer um copo de papel foi estabelecido por alguns designers no espaço conceitual e está lá, mesmo que nenhuma palavra o tenha lexicalizado, mesmo se ele nunca foi posto no conteúdo semântico de uma sentença.

2.4 A abordagem da TBS para conceitos e categorização

Uma objeção que poderia ser feita a esta abordagem é que, como conceitos da Teoria Representacional da Mente, doravante TRM, blocos semânticos são necessariamente muito difíceis de categorizar. Por sua natureza, há comumente mais de um bloco conceitual por categoria (tradicional). Em TRM, o conceito MESA funciona como a etiqueta de uma série de coisas do mundo. Ao contrário, na abordagem da TBS, teríamos muitos conceitos envolvendo a forma linguística *mesa*. Entre eles, haveria um conceito como [mesa & discussão] que permite ao presidente Obama dar seu conselho às jovens feministas: *‘Não se envolvam superficialmente. Lutem por seus lugares na mesa.’* Sentar-se à mesa não significa aqui, outra coisa do que ser participante legítimo de uma discussão. É claro que não se trata aqui de objetos concretos. Os blocos conceituais não são seus rótulos, mas sim o modo como eles existem na cultura. Os conceitos da TBS são esquemas de pensamento socializado. Não creio que a categorização, isto é, a habilidade que os seres humanos têm de determinar se um objeto pertence a uma dada categoria seja o mais importante nessa área. Longe disso, estou convencido de que nomear objetos não é função do espaço conceitual. Em outras palavras, ‘categorizar’ é uma atividade psicológica, e a teoria da TBS de conceitos não é uma teoria psicológica. Entretanto, penso que uma teoria psicológica deve incluir um componente da TBS para dar conta do modo como os conceitos da TBS são geridos pela mente.

3 Conclusão

As entidades conceituais da TBS permitem-nos estudar os componentes da interação social relacionados com ideologia e cultura, ambas como redes abstratas subjacentes e como produções semióticas em geral. Elas fazem isso dando à língua um papel central, mas não exclusivo. Eu tendo a pensar que seu traço mais crucial é a via linguística e os meros elementos conceituais que se encontram interpenetrados. O que teríamos no final desse processo de interpretação de vários fatos simbólicos é o elo conceitual de significadores.

Nessa estrutura, conceitos não são rótulos da realidade, e sim a realidade na qual vivemos, sendo dado que o que conta é menos a categorização dos objetos do mundo do que a imbricação conceitual de significadores que constitui a atividade social. De fato, há algo falacioso ao se dizer que o que estou apresentando neste artigo é uma abordagem aos ‘conceitos’. As ideias apresentadas aqui contradizem o que é usualmente afirmado sobre

conceitos. Não estou falando de conceitos como representações mentais, embora muitas teorias atualmente tomem como dado que um conceito é uma entidade mental. Sabemos que cada estrutura teórica cria seus próprios objetos e isso não é exceção. Reconheço que sei que há uma visão corrente dominante sobre conceitos da qual estou me afastando, que é a TRM. Eu teria de levar em conta as diferenças entre a visão de conceitos da TRM e da TBS subjacentes às vantagens da última. Na verdade, eu precisaria desenvolver as implicações de não intencionalidade, de não condicionalidade verdadeira dos conceitos da TBS, dado que intencionalidade e condicionalidade de verdade são propriedades centrais de conceitos da TRM. Mas isso não poderia preceder a explanação do que é um conceito na abordagem da TBS, e eu confio que as diferenças e implicações emergiriam bastante naturalmente.

Muitos trabalhos devem ser feitos futuramente para esclarecer esta abordagem de conceitos. Darei um exemplo óbvio. Caracterizei os blocos conceituais como sendo os dois significadores, de tal modo que o bloco [estar em um trânsito congestionado & estar atrasado] seria parafraseado por algo como o significador ‘*estar em um trânsito congestionado*’ é diretamente imbricado ao significador ‘*estar atrasado*’. Contando com a generosidade do leitor, “serem partes poderia ser lido como todo o paradigma do “*verbo ser*”, mas esse problema (complicado) não é o que eu quero enfatizar. O problema que quero enfatizar é que os blocos [estar em um trânsito congestionado & estar atrasado] e [estar em um trânsito congestionado ! chegar a tempo] são intuitivamente ‘equivalentes’, portanto dizer que termos são ‘formas linguísticas’ evitaria descrevê-los desse modo. Talvez a solução para esse problema seja aceitar que, na verdade, não são sinônimos um do outro mas que são simplesmente conceitos independentes (embora próximos) com diferenças sutis.

Referências

- CAREL, M. La construction du sens des énoncés. *Revue romane*, 40-1, 79-97, 2005.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris: H. Champion, 2011.
- CAREL, M. et DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. *Langue française*, 123, 6-26, 1999a.
- CAREL, M.; DUCROT, O. *La semántica argumentativa. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. GARCÍA NEGRONI, M.M.; LESCANO A (eds). Buenos Aires: Colihue Universidad, 2005.
- DAHL, O. On generics. In: E.L. Keenan (ed) *Formal Semantics of Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 99-111, 1975.
- FODOR, J. A. *The Modularity of Mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- FODOR, J. A. *A Theory of Content and Other Essays*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.
- FREGE, G. Fonction et concept. In: *Ecrits logiques et philosophiques*. Paris: Seuil, 1971, 80-101, 1891.
- FREGE, G. Concept et objet. In: *Ecrits logiques et philosophiques*. Paris : Seuil, 1971, 127-41, 1892.
- KRIFKA, M. et al. Genericity: An introduction. In: G. Carlson and F.J. Pelletier (eds.). *The Generic Book*. Chicago: University of Chicago Press, 1-124, 1995.
- KURODA, S. Y. Le jugement catégorique et le jugement thétique. Exemples tirés de la syntaxe japonaise. *Langages*, 30, 81-110, 1973.
- LESCANO, A. Deux (autres) *maintenant*. Avec une application à *La Jalousie* de Robbe-Grillet. In: M. Carel (ed.). *Argumentation et polyphonie. De Saint-Augustin à Robbe-Grillet*. Paris: L'Harmattan, 145-188, 2012.
- _____. Stéréotypes, représentations sociales et blocs conceptuels. *SEMEN*, 35, 153-170, 2013.
- MEDIN, D. Concepts and Conceptual Structure. In: *American Psychologist*, 44-12, 1469-81, 1989.
- RECANATI, F. Indexicality and context-shift. Paper presented at the Workshop on indexicals, speech acts and logophors, Harvard University (11/20/2004), 2004.
- ROSCH, E. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, 7, 573-605, 1973.

Recebido: 30 de novembro de 2014

Aprovado: 21 de janeiro de 2015

Contatos: alfredo_lescانو@yahoo.com